

RE no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.642.023 - SP (2020/0002277-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : RAFAEL IGOR MATOS NEVES
ADVOGADOS : WILSON PEREIRA DA SILVA - SP177922
PEDRO ABE MIYAHIRA - SP163655
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por RAFAEL IGOR MATOS NEVES, contra decisão monocrática prolatada pelo Ministro João Otávio de Noronha, que não conheceu do agravo em recurso especial (fls. 644/645).

A Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Penal certificou a ocorrência do trânsito em julgado do *decisum* em 12/02/2020 (fl. 648), considerando-se a natureza penal da ação, tendo sido inclusive determinado a baixa dos autos à origem.

Em momento posterior ao efetivo trânsito em julgado, o peticionário interpôs o presente recurso extraordinário, protocolado eletronicamente em 21/02/2020 e juntado aos autos por meio de expediente avulso (fls. 3/24).

Observa-se, assim, que a parte exerceu o seu direito de recorrer após o transcurso do prazo de 5 dias para a interposição do recurso cabível na espécie, qual seja, o agravo regimental.

Cumpre destacar que o Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente expressado o entendimento de que não se aplica o art. 219, *caput*, do Código de Processo Civil no âmbito penal, diante da ausência de omissão no sistema processual penal a respeito da contagem dos prazos, à vista do disposto no art. 798 do Código de Processo Penal.

No caso, diante do cabimento do recurso de agravo regimental para impugnar a decisão monocrática, restaria à parte, na melhor das hipóteses, se possível fosse, em tese, interpor o recurso extremo no prazo do agravo regimental, sob pena de ser inviável o seu processamento.

A esse respeito, confira-se o seguinte precedente da Suprema Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE AFASTOU A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO (CF, ART. 102, III, “A”). PRINCÍPIO DA TIPICIDADE. VIA INADEQUADA. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. O recurso extraordinário não é a via adequada para impugnar decisão monocrática proferida em mandado de segurança. Ademais, a interposição em prazo superior aos 5 (cinco) dias previstos para o agravo regimental inviabiliza, por si só, a aplicação do princípio da fungibilidade. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (MS 29630 ED-AgR, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 24/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-068 DIVULG 10-04-2015 PUBLIC 13-04-2015)

Superior Tribunal de Justiça

Dessarte, como o recurso extraordinário foi manejado após o trânsito em julgado da decisão recorrida, não há mais nada a prover na espécie, sendo manifestamente incabível o presente recurso.

A prestação jurisdicional, na espécie, foi exaurida, no que competia ao Superior Tribunal de Justiça e à Vice-Presidência desta Corte.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o novo envio de expediente avulso à Vice-Presidência.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente